

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR (A) PREGOEIRO (A) E EQUIPE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PACATUBA
- ESTADO DO CEARÁ**

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09.002/2021-PERP

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO À AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DE USO VETERINÁRIO PARA REALIZAÇÃO DE EUTANÁSIA DE CÃES E GATOS, USADO NO CONTROLE DA LEISHMANIOSE.

A empresa **NOROESTE COMERCIAL DE SUPRIMENTOS LTDA - EPP**, Pessoa Jurídica de Direito Privado regularmente inscrita no CNPJ sob nº 01.148.472/0001-59 inscrita da Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 114.582.346.114, com sede na Rua Dr. José Elias, nº 322 - Alto da Lapa - São Paulo/SP - CEP: 05.083-030, devidamente representada nos termos do artigo 75, VIII do CPC e artigo 1060 do Código Civil por seu Sócio Diretor, o Sr. LEONARDO RANGEL CARRARO, brasileiro, empresário, portador da CIRG nº 3971043 DGPC/GO, regularmente inscrito no CPF sob nº 312.363.798-02

com escora no artigo 4º, XVIII da Lei nº 10.520/2002 vem, muito respeitosamente a presença da autoridade responsável apresentar:

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

o que passa a fazer nos termos a seguir aduzidos:

Em consonância com o DECRETO Nº 10.024, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019, em seu Art. 24, § 1º, "Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.", tempestiva portanto a presente impugnação.

Dos Fatos:

Após análise minuciosa do presente Edital, verificamos algumas inconsistências e vícios que deixam lacunas no instrumento convocatório podendo prejudicar o Processo de aquisição e aos licitantes participantes. Abaixo seguem as fundamentações:

1. O Processo não se encontra publicado no portal indicado do instrumento convocatório www.bbmnetlicitacoes.com.br, impossibilitando o prévio cadastramento da Proposta Eletrônica e Documentos de Habilitação, não permitindo também a comunicação oficial via Portal dos fatos ocorridos no processo licitatório.

- O Edital não informa também a data em que o processo estará disponível para acesso.
2. O instrumento convocatório aparenta ausência de páginas tornando seu conteúdo duvidoso, pois a ordem de numeração e os subitens não apresenta sequência restando dúvidas se algum conteúdo importante para a análise do processo e participação não foi disponibilizado.
 3. O instrumento trás em seu Anexo I - Termo de Referência, item 7.5. o prazo para entrega do produto de apenas 24h o que restringe a participação de empresas que não estão localizadas próximo à Prefeitura.
 4. O Edital solicita no mesmo anexo, item 6.4.. a seguinte documentação:

6.4- RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- 6.4.1. Certificado de Registro no Ministério da Saúde, ou publicação completa no Diário Oficial da União (DOU), com despacho da concessão de Registro, referente ao produto ofertado ou declaração de isenção de registro. Não serão aceitos protocolos de pedido de registro ou de renovação do registro.
- 6.4.2. Alvará ou Licença Sanitária expedida pela autoridade sanitária municipal ou estadual da licitante, dentro da validade. Se tratando de produto estrangeiro, o licenciamento ou Alvará deverá ser apresentado pela importadora do produto.
- 6.4.3. Autorização de Funcionamento, emitida pela ANVISA do fabricante e da licitante.
- 6.4.4. Certificado de Responsabilidade Técnica, expedido pelo Conselho Regional de Farmácia, dentro da validade.

- 4.1. Os itens 01, 02 e 03 não possuem Registro no Ministério da Saúde e sim no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, sendo assim, o instrumento convocatório deve solicitar o registro de cada produto em seu Órgão competente afim de não restarem dúvidas referente à regularidade do mesmo.
- 4.2. A mesma situação de aplica para a solicitação do subitem 6.4.3. - Autorização de Funcionamento, emitida pela ANVISA do fabricante. A solicitação deve ser complementada, afim de que cada empresa apresente seu registro no Órgão competente conforme sua linha de fornecimento, neste caso a Defesa Agropecuária Estadual e regulamenta a Comercialização de Produtos Veterinários.
- 4.3. Igualmente para o subitem 6.4.4. que deve ser complementado exigindo o Certificado Responsabilidade Técnica perante ao CRMV - conselho Regional de Medicina Veterinária quando se aplicar ao produto cotado.

O instrumento convocatório deve sempre observar a legislação pertinente a cada item requisitado para que todas as empresas interessadas que estão devidamente regulamentadas em seus Órgãos competentes possam participar do processo licitatório atendendo a todas as exigências editalícias.

Diante de todo o exposto supracitado, REQUER o recebimento destas razões impugnatórias e, como consequência:

- A publicação do Processo Licitatório no Portal indicado;

- A complementação e correção do Edital excluindo dúvidas e ausência de informações em seu conteúdo;

- A complementação da Qualificação Técnica em seus subitens 6.4.1., 6.4.3. e 6.4.4., para que as exigências sejam feitas conforme a legislação pertinente de cada produto licitado.

Termos em que.
P. Deferimento.

De São Paulo/SP para Pacatuba/CE, 08 de fevereiro de 2021.



Leonardo Rangel Carraro
Sócio Diretor
RG nº 3971043 DGPC/GO
CPF nº 312.363.798-02



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 MINISTÉRIO DA SAÚDE
 DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
 CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
 1786971111

VALIDA

160

LEONARDO RANGEL CARRARO

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF
 3971043 DGPC/GO

CPF
 312.363.798-02

DATA NASCIMENTO
 27/03/1982

FILIAÇÃO
 PAULO ANGELO CARRARO

NIRANSI MARY DA SILVA
 RANGEL CARRARO

PERMISSÃO
 ACC CAT. HAB.
 S

VALIDADE
 06/02/2024

1ª HABILITACAO
 27/04/2010

Nº REGISTRO
 04929576292

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

DATA EMISSAO
 07/02/2019

LOCAL
 COTIA, SP

14878014508
 SP964695650

Paulo Roberto Lourenço Ribeiro, Diretor Presidente, Detran-SP
 ASSINATURA DO EMISSOR

SÃO PAULO

PROIBIDO PLASTIFICAR
 1786971111

CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAS
 E TABELIONATO DE NOTAS - CARGO CMJ 66.876-0
 Rua Francisco de Sá, 135 - Bairro São Antônio - 44010-000 - Ilhéus - BA - CEP: 44010-000 - Fone: (75) 3331-1000

Autenticação Digital

De acordo com os artigos 1º, 8º e 7º inc. V P.R. 41 e 52 da Lei Federal 8.988/1994 e Art. 6º inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fé.

Cód. Autenticação: 61110506190921010868-1; Data: 05/06/2019 09:36:33

Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: AIQ78465-M/8WQ.
 Valor Total do Ato: R\$ 4,42

Valdirei Napoleão de Miranda Costa
 Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br>

TBPR



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888
PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE
JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
 Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
 E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital¹ ou na referida sequência, foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes².

DIÁRIO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela Lei Nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa NOROESTE COMERCIAL DE SUPRIMENTOS LTDA - EPP tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa NOROESTE COMERCIAL DE SUPRIMENTOS LTDA - EPP a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **24/08/2020 09:46:52 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa **NOROESTE COMERCIAL DE SUPRIMENTOS LTDA - EPP** ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o *Código de Autenticação Digital*.

Esta Declaração é válida por **tempo indeterminado** e está disponível para consulta em nosso site.

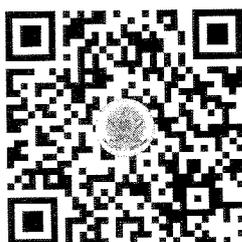
¹**Código de Autenticação Digital:** 61110506190921010868-1

²**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ N° 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

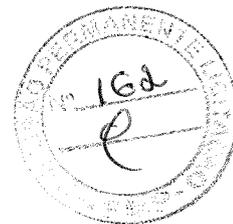
00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b8ba07f864dbee67a6a3e80d1d8028dae0a5f446d0533adcb58f0d7e8f30ac18056a6b247594a3641ba890a96ba09b244721e049e9903c3a740c4902878c99923



Presidência da República
 Casa Civil
 Medida Provisória Nº 2.200-2,
 de 24 de agosto de 2001.



CONVÊNIO ITU



RE-RATIFICAÇÃO 11ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

NOROESTE COMERCIAL DE SUPRIMENTOS LTDA - EPP

CNPJ 01.148.472/0001-59

NIRE 35.213.622.997

Por este instrumento particular e na melhor forma de direito:

LEONARDO RANGEL CARRARO, brasileiro, natural da cidade de Piracicaba, estado de São Paulo, nascido em 27/03/1982, casado sob regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador do CPF nº. 312.363.798-02 e RG nº. 3.971.043-2 SSP/GO, expedido em 25/01/2000, residente e domiciliado, à Estrada do Lutero, nº 65, Bairro Paisagem Renoir, na cidade de Cotia, Estado de São Paulo, CEP: 06.715-400; e

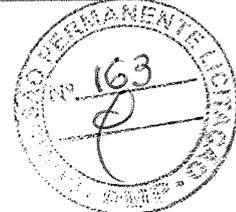
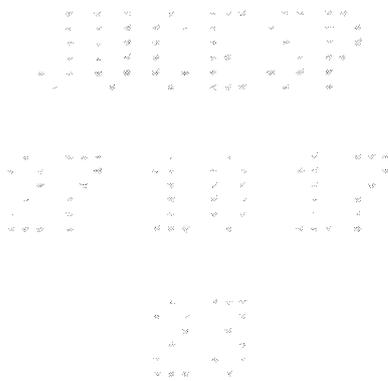
FLAVIO MAXIMIANO, brasileiro, natural da cidade de São Paulo, estado de São Paulo, nascido em 25/08/1982, casado sob regime de comunhão parcial de bens, engenheiro agrônomo, portador do CPF nº. 310.749.628-69 e RG nº. 27.318.820-3 SSP/SP, expedido em 20/02/1991, residente e domiciliado na Rua Belchior de Melo, nº 213, Bairro Cangaíba, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 03.721-070.

Sócias da Sociedade Empresária Limitada que gira nesta praça sob a denominação de **NOROESTE COMERCIAL DE SUPRIMENTOS LTDA - EPP**, com sede a Rua Doutor Jose Elias, nº 322, Bairro Alto da Lapa, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, CEP: 05.083-030, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob NIRE 35.213.622.997 em sessão de 27/02/1996, e sua última alteração contratual devidamente registrada nesta mesma Junta sob nº. 325.732/17-6 em 31/07/2017, resolvem alterar e consolidar seu Contrato social que passará a reger-se pelo que está contido a seguir:

I – Os sócios resolvem neste ato **re-ratificar a 11ª alteração contratual**, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 325.732/17-6 em 31/07/2017, hora consolidado, onde constou erroneamente o dígito do RG do Sr. Leonardo Rangel Carraro, conforme segue:

DE: I – O sócio **LUIS ROGERIO DE MORAES GONÇALVES**, qualificado anteriormente, decide **retirar-se** da sociedade, cedendo e transferindo a totalidade de suas quotas, equivalente a 25.000 (vinte e cinco mil) quotas pelo valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalizando o valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), ao sócio ora admitido Sr. **LEONARDO RANGEL CARRARO**, brasileiro, natural da cidade de Piracicaba, estado de São Paulo, nascido em 27/03/1982, casado sob regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador do CPF nº. 312.363.798-02 e RG nº. 3.971.043-2 SSP/GO, expedido em 25/01/2000, residente e domiciliado, à Estrada do Lutero, nº 65, Bairro Paisagem Renoir, na cidade de Cotia, Estado de São Paulo, CEP: 06.715-400, dando a este total, plena e rasa e irrevogável quitação por transferência de suas quotas, nada mais tendo a reclamar a qualquer tempo.

(Handwritten signatures)



O sócio retirante, **LUIS ROGERIO DE MORAES GONÇALVES**, declara-se quite e satisfeita em todos os seus haveres de Capital, Lucro ou Prejuízo, nada mais tendo a reclamar da sociedade ou dos sócios remanescentes a qualquer título.

Sendo Correto:

PARA: I – O sócio **LUIS ROGERIO DE MORAES GONÇALVES**, qualificado anteriormente, decide retirar-se da sociedade, cedendo e transferindo a totalidade de suas quotas, equivalente a 25.000 (vinte e cinco mil) quotas pelo valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalizando o valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), ao sócio ora admitido Sr. **LEONARDO RANGEL CARRARO**, brasileiro, natural da cidade de Piracicaba, estado de São Paulo, nascido em 27/03/1982, casado sob regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador do CPF nº. 312.363.798-02 e RG nº. 3.971.043 SSP/GO, expedido em 25/01/2000, residente e domiciliado, à Estrada do Lutero, nº 65, Bairro Paisagem Renoir, na cidade de Cotia, Estado de São Paulo, CEP: 06.715-400, dando a este total, plena e rasa e irrevogável quitação por transferência de suas quotas, nada mais tendo a reclamar a qualquer tempo.

O sócio retirante, **LUIS ROGERIO DE MORAES GONÇALVES**, declara-se quite e satisfeita em todos os seus haveres de Capital, Lucro ou Prejuízo, nada mais tendo a reclamar da sociedade ou dos sócios remanescentes a qualquer título.

II – Tendo em vista a alteração anterior, os sócios deliberam consolidar o Contrato Social da Sociedade, que reger-se-á pelas normas ditadas pela Lei 10406/2002 e pelas Cláusulas a seguir que mutuamente aceitam e outorgam:

CONSOLIDAÇÃO CONTRATO SOCIAL

CAPÍTULO I

Da denominação, objeto, sede e prazo de duração

PRIMEIRA: A sociedade gira sob a denominação social de **NOROESTE COMERCIAL DE SUPRIMENTOS LTDA - EPP**.

SEGUNDA: A sociedade tem sua sede a Rua Doutor Jose Elias, nº 322, Bairro Alto da Lapa, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, CEP: 05.083-030, podendo abrir ou fechar filiais, agências, sucursais, em qualquer parte do território nacional, de acordo com a legislação vigente, e terá duração por tempo indeterminado.

TERCEIRA: O objeto da sociedade é: Comercio atacadista e varejista, importação, exportação, químicos, veterinários, fungicidas, óleos vegetais, germicidas, bactericidas, isoparafinas, óleos minerais, maquinas e partes agrícolas para saúde publica e afins, produtos e equipamentos para grãos armazenados, produtos insumos e equipamentos para grãos armazenados, produtos e equipamentos para ambiente aquático, comercio de mudas e forrageiras, sementes, vacinas, soros, rações para animais, produtos para jardinagem, reguladores de crescimento, produtos domissaniantes e domissanitarios, fertilizantes; conservação de madeiras; produtos e equipamentos para combate a incêndio, equipamentos de proteção individual; desinfetantes; produtos e equipamentos para reflorestamento;



produtos de castração e kit/micro chipagem animal; bem como para plantio de vegetação, poda de arvores, paisagismo, roçada, limpeza, manutenção e conservação de terrenos, passeios públicos e áreas verdes; imunização, higienização, desentupimento, pulverização, desratização, desinsetização, desinfecção, descupinização, limpeza de caixas d'água; a locação e sublocação de máquinas, galpões e espaços (estandes) para realização de eventos; manutenção em equipamentos agrícolas e de saúde pública; a consultarias nas áreas de limpeza urbana e saúde pública; fumigação, coleta de lixo, manejo em áreas de reflorestamento, ambientes aquáticos, consultoria ambiental, que incluem os serviços de licenciamento ambiental, estudos ambientais, aplicação de tecnologia ambientais, gerenciamentos de áreas contaminadas e todos os demais serviços contidos na legislação ambiental, federal, estadual e municipal; e podendo, ainda, realizar o licenciamento de ativos, na forma de contratos de franquia empresarial, nos termos da legislação aplicável, especialmente a Lei nº 8.955, de 15/12/1994, manutenção, limpeza e conservação em edifícios públicos e/ou privados, caixa de gordura, bocas de lobo, redes de esgoto; capina química em leitos ferroviários, parques e jardins, rodovias, linhas de transmissão, subestações, aeroportos, portos, pátios industriais, área urbanas em geral, urbanizáveis, rurais; manutenção em equipamentos.

CAPÍTULO II Do Capital e das Quotas

QUARTA: O capital social será de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), constituído de 50.000 (cinquenta mil) quotas de valor nominal R\$ 1,00 (um real) cada, assim subscritas e integralizadas pelos sócios, da seguinte forma:

Sócio	Quotas	Total R\$	%
FLAVIO MAXIMIANO	25.000	25.000,00	50
LEONARDO RANGEL CARRARO	25.000	25.000,00	50
Total	50.000	50.000,00	100,00

§ 1º - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

§ 2º - O sócio é obrigado ao cumprimento da forma e prazo previstos para a integralização de suas quotas, e aquele que deixar de fazê-lo deverá ser notificado imediatamente e no prazo de 30 (trinta) dias da notificação pela sociedade, responderá perante esta pelo pagamento de mora.

§ 3º - Verificada a mora, poderão, por decisão majoritária, os demais sócios tomarem para si ou transferirem para terceiros a quota do sócio remisso, excluindo o primitivo titular e devolvendo-lhe o que houver pagado, deduzidos os juros da mora, as prestações não cumpridas e mais despesas, se houver.

§ 4º - A cessão total ou parcial de quota, sem a correspondente modificação do contrato social com o consentimento dos demais sócios, não terá eficácia quanto a estes e à sociedade.



QUINTA: - Os sócios participam dos lucros e perdas:

§ 1º - A distribuição de lucros e perdas, apurados no balanço final poderão ser distribuídos entre os sócios em comum acordo de forma desproporcional mensalmente, trimestral, semestral e anual, de acordo com levantamento de balancete, podendo também permanecer na conta "Lucros Acumulados", para futura destinação.

§ 2º - Os sócios são obrigados à reposição dos lucros e das quantias retiradas, a qualquer título, mesmo aquelas autorizadas no contrato, quando tais lucros ou quantia se distribuírem com prejuízo do capital.

CAPÍTULO III Da Administração

SEXTA: A administração e a representação da sociedade serão exercida pelos sócios **FLAVIO MAXIMIANO E LEONARDO RANGEL CARRARO**, já qualificados, **sempre atuando individualmente**, com poderes e atribuições de realizar todas as operações para a consecução do objeto social, representando a sociedade ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente.

§ 1º Fica facultado aos sócios, nomearem procuradores para um período determinado, com exceção das procurações "ad judicia", devendo o instrumento de procuração especificar os atos a serem praticados pelos procuradores assim nomeados.

§ 2º Os atos pela sociedade que visam à aquisição e alienação de bens imóveis; constituição de garantias reais sobre os mesmos; contratação de financiamento junto às instituições financeiras; e a alienação de títulos de crédito da sociedade, dependerá do consentimento de todos os sócios quotistas, formalizado em reunião, convocada especialmente para essa finalidade.

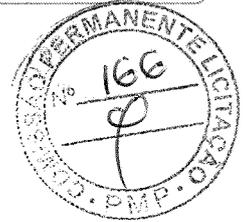
SÉTIMA: Os sócios no exercício da administração da sociedade terão direito a uma retirada mensal a título de "pró-labore", em valor a ser fixado de comum acordo entre os sócios, ou numa segunda hipótese, por aquele que represente, mais de 50% (cinquenta por cento) da participação nas quotas de capital da empresa.

PARÁGRAFO ÚNICO: Compactuam-se os sócios por unanimidade, que por interesse da própria sociedade, fica dispensada a realização das reuniões ou assembleias, conforme previsto no artigo nº. 1.072 da Lei nº. 10.406 de 10/01/2002.

CAPÍTULO IV Das Deliberações dos Sócios

OITAVA: Dependem da deliberação dos sócios, além de outras matérias indicadas na lei ou no contrato:

- aprovação das contas da administração;
- a designação dos administradores, quando feita em ato separado;
- a destituição dos administradores;
- o modo de sua remuneração, quando não estabelecido no contrato;



- e) a modificação do contrato social;
- f) a incorporação, a fusão e a dissolução da sociedade, ou a cessação do estado de liquidação;
- g) a nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento das suas contas;
- h) o pedido de concordata.
- i) nomear procuradores com poderes "ad et extra judicia" para representação da sociedade em juízo.

NONA:

§ 1º - As deliberações dos sócios serão tomadas:

- I - pelos votos correspondentes, no mínimo, a três quartos do capital social, nos casos previstos nas letras "e" e "f";
- II - pelos votos correspondentes a mais de metade do capital social, nos casos previstos nas letras "b", "c", "d" e "h";
- III - Pela maioria dos presentes, nos demais casos previstos no contrato ou na lei.

§ 2º - As deliberações dos sócios serão tomadas por maioria de votos, contados segundo o valor da quota de cada um.

§ 3º - As deliberações tomadas de conformidade com o presente contrato e ao amparo da lei vinculam todos os sócios, ainda que ausentes ou dissidentes.

CAPÍTULO V **Retirada, Morte, ou Exclusão de Sócio**

DÉCIMA: Cabe ao sócio que desejar ceder suas quotas ou retirar-se da sociedade comunicar aos demais, por escrito, com prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, garantindo aos sócios remanescentes o direito de preferência na aquisição das mesmas.

PARÁGRAFO ÚNICO: Se nenhum dos sócios usarem do direito de preferência, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o recebimento do aviso de que trata este artigo, tem o sócio cedente à liberdade de transferir a sua quota a terceiro.

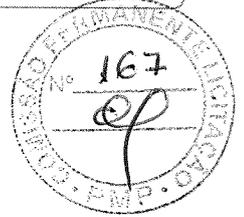
DÉCIMA PRIMEIRA: O falecimento de qualquer dos quotistas não dissolverá a sociedade, que poderá continuar com os herdeiros do de cujus, salvo se os sócios remanescentes optarem pela dissolução da mesma.

§ 1º - Até que se ultime no processo de inventário, a partilha dos bens deixados pelo de cujus, incumbirá ao inventariante, para todos os efeitos legais, a representação ativa e passiva dos interessados perante a sociedade.

§ 2º - Os herdeiros, através de seu inventariante ou representante legal, poderão retirar-se da sociedade.

DÉCIMA SEGUNDA: Pode o sócio ser excluído quando a maioria dos sócios, representando mais da metade do capital social, entender que um ou mais sócios estão pondo em risco a

(Handwritten signatures)



continuidade da empresa, em virtude de atos graves e que configurem justa causa.

§ 1º - A exclusão somente poderá ser determinada em reunião especialmente convocada para este fim, ciente o acusado em tempo hábil para permitir seu comparecimento e o exercício do direito de defesa.

§ 2º - Será também de pleno direito excluído da sociedade o sócio declarado falido, ou aquele cuja quota tenha sido liquidada para o pagamento de credor particular do sócio.

§ 3º - No caso de retirada, morte ou exclusão de sócios ou dissolução da sociedade, o valor das quotas, considerada pelo montante efetivamente realizado, liquidar-se-á com base na situação patrimonial da sociedade, verificada em balanço especialmente levantado, à data da resolução.

§ 4º - Podem os sócios remanescentes suprir o valor da quota.

DÉCIMA TERCEIRA: A retirada, exclusão ou morte do sócio, não o exime, ou a seus herdeiros, das responsabilidades pelas obrigações sociais anteriores, até dois anos depois de averbada a resolução da sociedade.

CAPÍTULO VI Do Exercício Social

DÉCIMA QUARTA: O exercício social coincidirá com o ano civil.

§ 1º - Anualmente, em 31 de Dezembro, será levantado o balanço geral da sociedade, dos lucros líquidos ou prejuízos do exercício; feitas as necessárias amortizações e previsões o saldo porventura existente terá o destino que os sócios houverem por bem determinar;

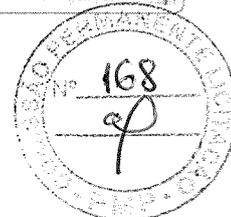
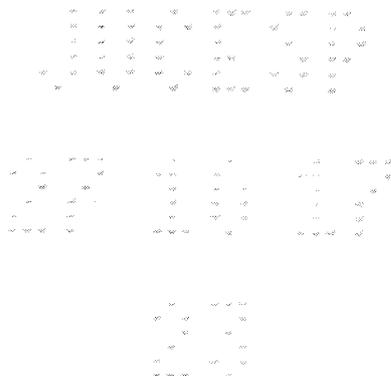
§ 2º - Até quatro meses após o encerramento do exercício social, haverá reunião dos sócios para:

- tomar as contas dos administradores e deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico;
- designar administradores, quando for o caso;
- tratar de qualquer outro assunto constante da ordem do dia.

§ 3º - Da votação das contas e balanço não poderão fazer parte os administradores.

CAPÍTULO VII Disposições Finais

DÉCIMA QUINTA: A administradora acima qualificada declara sob as penas da lei, que não está impedida de exercer a administração da sociedade, por especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro



nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

DÉCIMA SEXTA: As omissões ou dúvidas que possam ocasionar sobre o presente instrumento particular, serão supridas ou resolvidas com a regência supletiva pelas normas da Lei das Sociedades por Ações (Lei 5404/76) e noutras disposições legais que lhes forem aplicáveis, sendo que a publicação do balanço geral é dispensada.

DÉCIMA SÉTIMA: As partes, de comum acordo, elegem o Foro da Comarca de São Paulo/SP, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir qualquer dúvida que possa emergir deste documento.

DÉCIMA OITAVA: Revogam-se todas as disposições contidas no instrumento contratual primitivo e suas posteriores alterações, passando a sociedade a reger-se somente pelo que está contido neste instrumento.

E por estarem, assim, justos e contratados, assinam o presente em três vias de igual teor e forma, para que produza efeitos legais.

São Paulo/SP, 26 de setembro de 2017.


Luis Rogerio de Moraes Gonçalves


Flavio Maximiano


Leonardo Rangel Carraro

CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
E TABELIONATO DE NOTAS - Código CNJ 86.679-0
R. Prudente de Moraes Filho, 106 - Barra dos Anjos - Jd. Primavera - CEP: 13030-000 - Indaiatuba - SP - Tel: (19) 344-1100 - Fax: (19) 344-1101

Autenticação Digital

De acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 9º inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conteúdo deste ato. O referido é verdade. Dou fé.

Cód. Autenticação: 61110609180959300001-8; Data: 06/09/2018 10:05:03

Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: AHL68990-Z3NN;
Valor Total do Ato: R\$ 4,23

Bel. Valder de Miranda Cavalari
Tribunal Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br>



**SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO, CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
JUICESP**

**CERTIFICADO DE REGISTRO
DO D. NÚMERO**

**FLÁVIA R. ERILTE SOARES SILVA
SECRETÁRIA GERAL**

453.485/17-0



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital¹ ou na referida sequência, foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes².

DECLARA ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituída pela Lei Nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa NOROESTE COMERCIAL DE SUPRIMENTOS LTDA - EPP tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa NOROESTE COMERCIAL DE SUPRIMENTOS LTDA - EPP a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **21/09/2020 16:40:50 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevedo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevedo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa NOROESTE COMERCIAL DE SUPRIMENTOS LTDA - EPP ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o Código de Autenticação Digital..

Esta Declaração é válida por **tempo indeterminado** e está disponível para consulta em nosso site.

¹**Código de Autenticação Digital:** 61110609180959300001-1 a 61110609180959300001-8

²**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ N° 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b54b7920bf2101922dd8971c1fd4a0699ea7afd5d62992c294933b797f1cfe788e548d6566a6101a85f847aedfd4a6b0721e049e9903c3a740c4902878c99923



Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória Nº 2.200-2,
de 24 de agosto de 2001.

